



# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CORNÉLIO PROCÓPIO

ESTADO DO PARANÁ  
CNPJ 76.331.941/0001-70

PROJETO DE LEI Nº 97/2021

DATA: 07/05/21

SÚMULA: *Dá nova redação aos arts. 2º e 3º e acrescenta os arts. 6º ao 9º, na Lei Municipal nº 431/04 e dá outras providências*

AMIN JOSÉ HANNOUCHE, Prefeito do Município de Cornélio Procopio, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,

## FAZ SABER

a todos que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte

### LEI:

Art. 1º - Os arts. 2º e 3º da Lei Municipal nº 431/04 passam a vigorar com a seguinte redação:

“.....  
Art. 2º - O servidor que executar serviços de natureza insalubre, que são consideradas atividades ou operações, métodos ou condições de trabalho, exponham os servidores a agentes nocivos à saúde, acima dos limites de tolerância fixados, em razão da natureza e intensidade do agente, receberá o percentual de gratificação fixado em 10% (dez por cento), 20% (vinte por cento) ou 40% (quarenta por cento) do vencimento inicial da tabela do Quadro Geral do Município, não inferior ao salário mínimo vigente, pelo período em que estiver exposto aos agentes nocivos.

Art. 3º - O servidor que executar serviços, permanente ou eventual, em que esteja exposto aos efeitos de explosivos, inflamáveis ou eletricidade, receberá, mensalmente, o adicional de periculosidade no valor nunca inferior a 30% (trinta por cento), sobre vencimento básico de seu cargo, tendo igual direito o servidor que exerça atividade com radiações



ionizantes ou substâncias químicas e radioativas, não importando o tempo em exposição.  
.....”

Art. 2º- Os arts 4º e 5º da Lei Municipal nº 431/04 passam a vigorar com a seguinte redação:

*Art. 4º - As atividades ou operações, o fator de insalubridade e o de periculosidade, sua caracterização, frequência, graus de risco e limites de tolerância, bem como a possibilidade e a forma de sua supressão, total ou parcial, serão apuradas pelo órgão pericial oficial do Município, com a adoção no que forem aplicáveis, os parâmetros das Normas Regulamentadoras nºs 15 e 16, da Lei Federal nº 6.514, de 22 de dezembro de 1977, regulamentada pela Portaria nº 3.214, de 08 de junho de 1978.*

*Art. 5º - Verificada a existência de atividade insalubre ou perigosa, o órgão pericial oficial determinará, para eliminação ou atenuação do risco, conforme o caso, as seguintes providências:*

- a) medidas de segurança e alterações necessárias no local de trabalho;*
- b) utilização de equipamento de proteção individual pelos servidores expostos ao risco;*
- c) redução da jornada de trabalho na atividade;*
- d) exame médico, para avaliação da capacidade laborativa do servidor, podendo propor o seu remanejamento.*

*Art. 3º- A Lei Municipal nº 431/04 fica acrescida dos arts. 6º e parágrafo único, e do 7º ao 9º, com a seguinte redação:*

*Art. 6º. No caso de não ser eliminado o risco à saúde ou à integridade dos servidores, pelas providências previstas no artigo anterior, caberá o pagamento da gratificação de insalubridade ou periculosidade.*

*Parágrafo único - Os adicionais de insalubridade e periculosidade não integram a remuneração do servidor, incidindo somente sobre o vencimento inicial da tabela do Quadro Geral do Município, não refletindo em férias, décimo terceiro salário, horas extras e demais verbas.*



# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CORNÉLIO PROCÓPIO 3

ESTADO DO PARANÁ  
CNPJ 76.331.941/0001-70


*Art. 7º. Não será devida a gratificação de insalubridade ou periculosidade, quando do afastamento do servidor do exercício das atribuições que ensejaram a concessão da vantagem.*

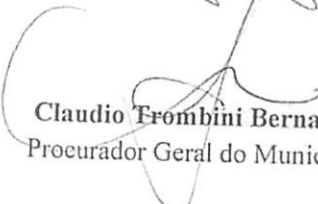
*Art. 8º - É vedada a percepção cumulativa da gratificação pelo exercício de trabalho em condições de insalubridade com a gratificação pelo exercício de trabalho em condições de periculosidade, sendo paga, automaticamente, a de maior valor.*

*Art. 9º - As despesas decorrentes desta Lei serão reconhecidas contabilmente em dotações próprias do orçamento em vigor.*

*Art. 10 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.*

Gabinete do Prefeito, 07 de maio de 2021.

  
Amin José Hannonche  
Prefeito Municipal

  
Claudio Trombini Bernardo  
Procurador Geral do Município



PROJETO DE LEI Nº 97/21  
EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Senhor Presidente,

Senhores vereadores,

O Projeto de Lei que ora encaminhamos para apreciação dessa Egrégia Casa Legislativa, tem por finalidade regulamentar as atividades insalubres e perigosas para efeitos de percepção do adicional correspondente, conforme o disposto no Art. 122 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Justifica-se o presente Projeto de Lei para dar nova redação aos Arts. 2º e 3º e acrescentar os Artigos 4º ao 9º da Lei nº 431/04, em vigência, que trata das concessões de adicionais de insalubridade e periculosidade, necessitando ser atualizada.

Destarte, trata-se de um Projeto de suma importância, em vista disso é que contamos com a compreensão sempre peculiar de Vossas Senhorias para aprovação desta importante matéria.

Diante do exposto, pedimos vênias para aprovação deste Projeto de Lei

Atenciosamente,



Amin José Hannouche  
Prefeito